

Campepinato e Protagonismo Feminino nas Lutas Anticapitalistas

Isabella Mendes, Mariana Rettore e Bruno Siqueira
UFMG - 2017

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca tratar das questões relacionadas à luta pelo território partindo da Mulher Camponesa como agente crucial na disputa pelo uso comum da terra. O trabalho se baseia nos aportes feministas como fontes importantes para um debate do papel desempenhado pelas mulheres no contexto do território brasileiro.

O trabalho se divide em três seções. A primeira busca discutir o conceito de campepinato sobre uma perspectiva crítica, colocando luz sob o paradigma que há muito se colocou sob a discussão do futuro do campepinato e sua capacidade de transformação social.

A segunda apresenta os conceitos de Urbanização Extensiva e de Espaço da Resistência, cruciais para o entendimento do processo de resistência e modernidade [urbanidade] que se instaura no campo - bem como, a questão territorial materializada na disputa pelo uso comum.

A terceira seção discute a potência da mulher na luta camponesa no/pelo uso comunal das terras para a reprodução ampliada da vida, buscando evidenciar o papel crucial desempenhado pelas mulheres no contexto das lutas territoriais do campepinato moderno.

Esperamos com o trabalho fornecer aportes teóricos importantes para se pensar a questão da mulher no rural contemporâneo e do campepinato em suas particularidades e em suas convergências, principalmente no que diz respeito à luta camponesa.

SOBRE O CONCEITO DE CAMPEPINATO, O CAMPEPINATO E A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Costa e Carvalho (2016, p. 23) definem o campepinato como “o conjunto de famílias camponesas existentes em um território”. Famílias camponesas são todas

aquelas que, tendo acesso à terra e aos recursos naturais que ela suporta, resolvem seus problemas reprodutivos (...) mediante produção rural (...) **de tal maneira que não se diferencia o universo**

dos que decidem sobre a alocação do trabalho dos que se apropriam do resultado da alocação (p. 23). [Grifos nossos]

A finalidade última da produção, por sua vez, é a reprodução da vida dos grupos familiares. Nota-se que, para o caso brasileiro, o campesinato pode englobar, portanto, um universo de famílias e comunidades mais amplo do que aquelas auto-identificadas como camponesas: camponeses proprietários ou posseiros, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores, agroextrativistas, etc. Suas formas de existência são múltiplas por serem condicionadas pela (e subordinadas à) organização dos universos sociais mais amplos em que se inserem (modo de produção, organização do Estado, instituições), conformando-se como uma “sociedade parcial (*part-society*)” (Abramovay, 2012, pp.63-65).

O debate sobre a dinâmica da forma de produção camponesa em relação com o modo de produção capitalista, em particular, está intimamente ligado à discussão sobre o potencial do camponês como sujeito revolucionário na construção de um projeto de sociedade que tenha em vista a emancipação humana. Nessa perspectiva, remonta ao contexto da Rússia pré-revolucionária e aos debates sobre a viabilidade e os caminhos de um processo revolucionário em um país fundamentalmente agrário. Desenvolvem-se, no séc. XIX, duas categorias intelectuais nas quais se articulam duas *praxis* sociopolíticas distintas: o *narodnismo*, “defensor da vigência do campesinato com um potencial de adaptação histórica” e o chamado *marxismo ortodoxo*, que entende o campesinato como “resíduo anacrônico que haveria de ser sacrificado nos altares do progresso” (Guzmán e de Molina, 2005, p. 53).

Guzmán e de Molina (2005) defendem que uma interpretação dogmática de Lênin e Kautsky, aliado à posterior repressão da burocracia stalinista, foi responsável pela convergência do pensamento socialista com a interpretação liberal de que a agricultura estaria inexoravelmente fadada a se tornar um ramo da indústria, desaparecendo o campesinato nesse processo. Para Abramovay (2012, p. 31), teria se consolidado um paradigma teórico (no sentido kuhniano) entre os autores marxistas em torno de duas premissas extraídas de leituras generalizantes (ou seja, que elevaram ao *status* de teoria geral análises que seriam restritas casos particulares) de cada um desses autores que não encontram comprovação empírica: de Lênin, a “associação entre desenvolvimento capitalista e ampliação do trabalho assalariado”; de Kautsky, “a ideia da

necessária inferioridade econômica da agricultura familiar, fundamental [em *A Questão Agrária*]

A partir da obra de Lênin e Kautsky conformou-se uma tradição teórica - o marxismo ortodoxo - para a qual o campesinato, entendido como produção agrícola familiar sob relações não capitalistas de produção, estaria fadado ao desaparecimento em nações capitalistas por duas vias primordiais. A primeira, enfatizada por Lênin, seria a da proletarização de grandes massas de camponeses e a conversão de parte deles em capitalistas, a partir da ideia de que o desenvolvimento capitalista necessariamente traria a disseminação do trabalho assalariado através da *diferenciação* dos camponeses em capitalistas e proletários. A segunda, enfatizada por Kautsky, seria a da aniquilação da pequena produção camponesa na concorrência com a grande indústria agrícola, cuja racionalidade lhe conferiria superioridade técnica inquestionável. De qualquer forma, o destino da agricultura nas sociedades capitalistas seria necessariamente o de tornar-se um ramo da indústria. Para o marxismo ortodoxo, segundo Abramovay (2005), não cabe o campesinato na compreensão do capitalismo: só pode ser entendido pelo seu não-ser (nem burguesia, nem proletariado), e pela tragédia de seu devir (seu desaparecimento iminente).

A hegemonia desse paradigma nos estudos sobre o campesinato teria levado as ciências sociais, segundo o autor, ao desconhecimento dos mecanismos que garantem a reprodução da vida na sociedade capitalista (2005, p. 29). Afinal, no capitalismo contemporâneo, “é fundamentalmente sobre a base de unidades familiares de produção que se constitui a imensa prosperidade que marca a produção de alimentos e fibras nas nações mais desenvolvidas” (Abramovay, 2005, p. 29), em unidades produtivas ao mesmo tempo de natureza empresarial e familiar, fortemente integradas ao mercado. Já nos países pobres, um campesinato empobrecido, com dificuldades de garantir a própria sobrevivência, sujeitos à precariedade de meios fundamentais (como a terra) e sem acesso a tecnologias adequadas, se mantém resiliente apesar das adversidades (Costa e Carvalho, 2016, p. 27). O campesinato não desapareceu com a generalização das relações capitalistas nos outros ramos da produção, e agricultores familiares não estão necessariamente condenados, sob o capitalismo, a viver na miséria. Além disso, é possível que se estabeleça uma produção agrícola altamente tecnificada e produtiva em bases familiares (Abramovay, 2005).

Do outro lado do debate, o narodnismo russo via nas formas de organização coletiva da produção das comunas camponesas tradicionais (*obshchinas*) “um estado de solidariedade contrário à natureza competitiva do capitalismo”. O desenvolvimento capitalista deveria, portanto, ser freado por submeter o povo a sistemas de organização política apenas falsamente democráticos; mesmo a prosperidade material desenvolvida por esse sistema iria “contra o desenvolvimento físico, intelectual e moral da maior parte dos indivíduos”. A generalização das “formas de ação solidária do coletivismo camponês”, assim, seria uma via para “evitar o sofrimento e a exploração que sobre a comunidade rural gerava a mercantilização das formas de vida e da natureza” (Guzmán e de Molina, 2005, pp. 23-24). O campesinato, em cooperação simétrica e solidária com técnicos e intelectuais, seria o grupo social capaz de construir cooperativas modernas, abrindo caminho para que o país passasse ao socialismo evitando a expropriação e a consolidação de relações sociais capitalistas no país.

Há aí uma oposição frontal aos teóricos fundadores do marxismo ortodoxo, que atribuem um “trabalho histórico progressista” ao capitalismo (idem, p. 51), enfatizando seu papel no desenvolvimento das forças produtivas em detrimento da reorganização da vida social que a divisão social do trabalho capitalista opera ao expropriar os trabalhadores e submetê-los à burguesia (condenando-os, nesse processo, à miséria), e em seus impactos sobre a moral e a sociabilidade da classe trabalhadora (valorizando a competição, o individualismo, o egoísmo em detrimento da solidariedade e cooperação). Para intelectuais como Plekhanov, seria “o desenvolvimento das forças produtivas, e o enfrentamento social que este provocaria, quer dizer, a luta de classes”, o “elemento-chave na evolução do processo histórico” (idem, p. 52). O capitalismo seria, assim, uma *etapa necessária* no caminho rumo ao socialismo, e o campesinato um “resíduo anacrônico condenado inelutavelmente a desaparecer ante o inexorável desenvolvimento das forças produtivas” (idem, p. 52). Qualquer tentativa de frear a generalização dessas relações de produção seria tanto inútil quanto indesejável. Escrevem Guzmán e de Molina (2005, pp. 52-53):

Não poderia ser de outra maneira na medida em que o **capitalismo fosse considerado um estágio superior da racionalidade possível** e, ainda desejável, no avanço irrefreável das forças produtivas e estas seguem sendo consideradas como o demiurgo que finalmente conduziria os povos a graus superiores de bem estar, **dado seu caráter socializador imanente**. Somente a crise ecológica e o questionamento subsequente tanto do impacto do desenvolvimento tecnológico

quanto do conceito mesmo de progresso, poderia (...) colocar em questão tais axiomas. [Grifos nossos].

Foi ao longo da segunda metade do séc. XX, portanto, que se retomou o debate a partir da chamada “nova tradição” dos estudos camponeses. Guzmán e Molina (2005, p. 55) entendem ser a caracterização da sociedade camponesa feita por Kroeber em 1948 como o ponto de partida dessa tradição. A sociedade camponesa seria, para ele, uma forma de organização social com estruturas “rurais apesar de viver em relação com os mercados das cidades (...). Constituem sociedades parciais com culturas parciais” - definição que encontramos em Abramovay citada no início desta seção. “Carecem de isolamento, da autonomia política e da autarquia dos grupos tribais, mas suas unidades locais conservam sua velha identidade, integração e apego à terra e aos cultivos” (Kroeber, 1948, *apud* Guzmán e de Molina, 2005, p. 55). Os autores destacam ser Robert Redfield, entretanto, o responsável por iniciar de fato esse novo processo de acumulação teórica, a partir do estudo de comunidades camponesas mexicanas

centrando sua análise nas mudanças que nelas têm lugar como consequência das inter-relações existentes entre elas e a sociedade urbano-industrial (...). Seu traço central, sem dúvida, é constituído pela forma de **dependência** que possui com a sociedade maior em termos de exploração (p. 56). [Grifos nossos]

Com a volta do problema da relação entre campesinato e capitalismo, campesinato e modo de produção, Teodor Shanin, já ao longo das décadas de 1970-1980, desponta como uma importante figura na recuperação do debate clássico sobre a questão agrária, dedicando-se ao estudo de Lenin, Kautsky e Chayanov. Shanin rompe com a tradição ‘etapista’ do marxismo ortodoxo agrário, “e gera (...) o marco teórico do narodnismo marxista, recuperando assim, o valioso legado de sua ‘multilinearidade’”, fundamental para o debate sobre o desenvolvimento agrário nos países periféricos (Guzmán e de Molina, 2005, pp. 57-58). O objetivo da “agronomia social” chayanoviana era a “introdução extensiva da racionalidade nos processos espontâneos” (Chayanov, 1918, *apud* Guzmán e de Molina, 2005, p. 68), semelhante, conforme apontam Guzmán e de Molina (2005), aos objetivos da moderna agroecologia de desenvolver conhecimento a partir da combinação do estudo dos sistemas produtivos tradicionais e da ciência agrícola ocidental, com vistas a melhorar tanto um quanto outro.

Francisco de Assis Costa e Horacio Martins de Carvalho atualizam esse debate em um capítulo intitulado “Campesinato” publicado em 2016 no volume intitulado *A Questão Agrária no Brasil: interpretações sobre o camponês e o campesinato*, que teve por objetivo reunir os elementos mais recentes do debate sobre o campesinato para o caso brasileiro. O texto de Costa e Carvalho busca, nesse sentido, fornecer uma definição de campesinato enquanto *classe social em construção* (Costa e Carvalho, 2016, p. 28) e prover uma compreensão da direção e do sentido dessa dinâmica de transformação.

Esse ponto de vista recupera do populismo russo

a noção de que a condição dual de unidades de consumo e de produção (Chayanov, 1923) torna as famílias-empresas camponesas sensíveis ao inexorável crescimento das necessidades ao longo do desenvolvimento natural da família e ao risco de não poderem satisfazer tais exigências. Em relação a isso, as empresas camponesas mostraram **capacidade adaptativa**, a par da disposição de investir, constituindo, a partir disso, **um modo de produção estável, porque capaz de evoluir** (Costa e Carvalho, 2016, p. 26).

A diversidade dos campesinatos, nesse sentido, seriam uma combinação das “estratégias adaptativas das unidades camponesas ao ambiente institucional e natural” em que se encontram e, por outro lado, da “configuração do ambiente institucional” derivada das relações entre o campesinato e as demais classes *mediadas pelo Estado* (Costa e Carvalho, 2016, p. 26). Nesse sentido, Abramovay (2016) destaca o papel do Estado como “organizador público dos mercados” (ainda que concorrenciais) para a “consolidação da agricultura familiar como a base social do dinamismo do setor” nos países desenvolvidos (pp. 32-33).

Interferências nas estruturas agrárias, na política de preços, determinação estrita da renda agrícola e até do processo de inovação técnica formam o cotidiano de milhões de agricultores que vivem numa estrutura atomizada onde, entretanto, o Estado tem influência maior que em qualquer outro campo da vida econômica.

A escolha, através da configuração institucional, desse modelo de desenvolvimento para o setor agrícola teria criado uma agricultura familiar integrada aos mercados tecnificada e responsiva à política de Estado que, por estar inserida nesse ambiente, para o autor, teria se afastado de uma *agricultura camponesa* apesar da base familiar comum (Abramovay, 2016, p. 33).

Por sua vez, os países pobres “são marcados pela existência de um grande número de camponeses economicamente pobres, por vezes com dificuldades de suprir a si próprios, dado o tipo de tecnologia pouco apropriada” ou mesmo “à precariedade relativa de meios fundamentais, como a terra” (Costa e Carvalho, 2016, p. 26). Nessas realidades permanece forte um traço marcante da economia camponesa que é a centralidade da comunidade camponesa para a sobrevivência de cada um de seus membros, envolvendo qualidades distintas de cooperação.

Isso porque a comunidade rural camponesa, sendo um elemento central no modo de vida camponês, lhes dá suporte econômico, político e ideológico para as resistências sociais que permeiam os seus cotidianos, numa afirmação conflituosa de suas especificidades (Carvalho e Costa, 2016, p. 27).

Na comunidade há o espaço da festa, do jogo, da religiosidade, do esporte, da organização, da solução dos conflitos, das expressões culturais, (...), do aprendizado comum, da expressão da diversidade, da política e da gestão do poder (...). As relações de parentesco e vizinhança adquirem um papel determinante nas relações sociais do mundo camponês. Nisto se distingue profundamente das culturas urbanas e suas mais variadas formas de expressão (Görger, 2009, p. 5, *apud* Carvalho e Costa, 2016, p. 27)

Distingue-se também fortemente da agricultura familiar (urbanizada?) encontrada nos países desenvolvidos. Entretanto, não apenas de cooperação comunitária vive o campesinato periférico. A mediação entre o campesinato e a sociedade envolvente é, em grande medida, realizada pelos comerciantes e proprietários de terras - “por vezes fundidos em um só agente” -, criando redes sociais que combinam “instituições comunitárias, que provêm segurança às famílias, com relações cliente-patrão, que mantêm os camponeses em *graus elevados de subordinação*” (Carvalho e Costa, p. 27).

Nesse sentido, coloca-se como tarefa do camponês, “enquanto unidade familiar de produção e consumo”, a “afirmação de sua autonomia relativa perante as diversas frações do capital”; e do campesinato, “enquanto classe social em construção”, o desafio de “construção de uma identidade social que lhe permita constituir-se como classe social” (Carvalho e Costa, 2016, p. 28). Tanto a continuidade histórica do modo de vida camponês no capitalismo quanto sua autonomia relativa dependem do arranjo institucional onde se inserem (fruto, de um lado, de políticas de Estado e, de outro, da organização política e lutas camponesas organizadas), que possibilita ou não a construção de trajetórias tecnológicas que “possam responder às tensões para o crescimento da produtividade do trabalho - uma exigência da convivência com as leis de

reprodução do próprio sistema capitalista - e para garantir a lógica reprodutiva baseada na família que é própria da racionalidade camponesa”. De sua autonomia relativa às frações do capital com que se relacionam depende “o esforço das famílias camponesas para encontrarem um padrão reprodutivo que lhes permita a reprodução social da família sem tenderem para uma diferenciação social” ou para a sua inserção em “relações sociais de dominação que lhes subalternizem”, ou seja, para a aniquilação de seu modo de vida (Carvalho e Costa, pp. 32-33).

Entretanto, o processo de construção de autonomia relativa dos camponeses pressupõe, segundo defendem os mesmos autores, a superação, enquanto sujeito social *coletivo*, de uma *identidade de resistência* (Castells, 1999, p. 22 *apud* Carvalho e Costa, 2016, p. 28) em direção a uma *identidade de projeto*. “Essa última se constitui quando atores sociais (...) constroem uma nova identidade capaz de **redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, transformam toda a estrutura social**” (Carvalho e Costa, p. 33, grifos nossos). Do papel transformador do campesinato depende sua existência mesma enquanto tal. As organizações e os movimentos camponeses, portanto, têm papel preponderante na transformação social, lutando por uma “maneira de se fazer agricultura”, a base da reprodução social de toda sociedade, “diferente daquela presente no paradigma capitalista (*idem*, p. 34).

LUTAS ANTICAPITALISTAS PELO TERRITÓRIO

Propomos aqui uma interpretação das lutas pelo território camponês como lutas essencialmente anticapitalistas. Para isso, iremos apresentar nesta seção o processo de territorialização brasileira e a luta territorial resultante, a noção de urbanização extensiva e sua relação com o processo de expansão das fronteiras [territorialização] e as formas de resistência que surgem como caminho para uma utopia camponesa.

Territorialização Brasileira e Luta

O território brasileiro é marcado, segundo Little (2002, p. 02), por uma “imensa diversidade sociocultural” e que “é acompanhada de uma extraordinária diversidade fundiária”.

O território e, conseqüentemente, a territorialidade jogam papéis importantes na constituição da luta camponesa dentro da realidade brasileira.

Little (2002) identifica as transformações territoriais que deram origem ao Brasil, enquanto território, como engendradas pelo processo de expansão da fronteira. Segundo ele (*ibidem*, p. 04):

A história das fronteiras em expansão no Brasil é, necessariamente, uma história territorial, já que a expansão de um grupo social, com sua própria conduta territorial, entra em choque com as territorialidades dos grupos que residem aí. Nesta dinâmica, podemos identificar as origens do que Oliveira (1998) chama de “processos de territorialização” que surgem em “contextos intersocietários” de conflito. Nesses contextos, a conduta territorial surge quando as terras de um grupo estão sendo invadidas, numa dinâmica em que, internamente, a defesa do território torna-se um elemento unificador do grupo e, externamente, as pressões exercidas por outros grupos ou pelo governo da sociedade dominante moldam (e às vezes impõem) outras formas territoriais.

O panorama retratado no trecho acima é justamente o que acreditamos acontecer com o caso do campesinato. O Estado-Nação, desde seu surgimento no século XIX, tem colocado sua existência territorial acima das territorialidades já estabelecidas e enraizadas no nível local. No caso brasileiro, o estabelecimento de uma ideologia territorial do Estado-Nação, impulsionado pelo nacionalismo, causam um fenômeno denominado *choque territorial* (Little, 2002, p. 04).

Esse choque é sintetizado na disputa entre a dualidade público-privado e o uso comum do território. Para Quijano (1988, p. 17 e p. 24 *apud* Little, 2002, p. 07):

os conceitos de privado e público, tal como são usados atualmente na América Latina, mantêm as sociedades latino-americanas presas a esquemas que não correspondem às necessidades de seus diversos membros, nem à sua realidade quotidiana. O binômio privado-público, para Quijano, representa “duas caras da mesma razão instrumental, cada uma encobrendo a dos agentes sociais que competem pelo lugar de controle do capital e do poder: a burguesia e a burocracia”. Em contraposição à razão instrumental, Quijano identifica uma “razão histórica” que, embora subordinada à razão instrumental, continua

possuindo uma forte presença entre os povos marginalizados pelos sistemas atuais de poder e age “contra o poder existente.

No Brasil, a razão instrumental é materializada na disputa público-privado. O uso público rebatendo a ideologia do Estado de apropriação do espaço para uso do grupo de interesse da burocracia. O uso privado representando a ideologia do Capital de comercialização e transformação da terra em um ativo econômico.

A razão histórica, por outro lado, representa o uso comum do território, que aqui apresentamos no campesinato. O uso comum do território e, portanto, a atribuição de um outro significado a terra são as faces do processo de luta do/pelo campesinato. Trata-se, por isso, de uma disputa dialética entre a razão instrumental e a razão histórica mediada pelo campesinato enquanto elemento fundamentado e fundador de uma nova territorialidade.

Cidade, Campo e Urbanização Extensiva

Lefebvre (1999) parte da hipótese da *urbanização completa da sociedade* para explicar o desenvolvimento histórico-teórico da cidade. Em sua linha do tempo, a cidade *política* estaria situada no início, povoada por guerreiros, nobres, civis, etc. e responsável por coordenar as aldeias e territórios sob seu alcance político. A troca e o mercado ainda não haviam penetrado a cidade nesta fase, portanto cumpriam papel subordinado às relações sociais.

A troca, sempre presente, se intensifica com o tempo e passa a penetrar a cidade política através de mercadores e viajantes em caravanas. Apesar de toda resistência por parte das organizações de artesãos e outras profissões, lentamente o mercado toma a cidade política, fazendo-a de suporte para o surgimento da *cidade mercantil*. Nesse movimento o fetichismo da mercadoria e a lógica do valor de troca, em detrimento do valor de uso, tomam o imaginário da cidade. Nesse momento crucial: “as pessoas que refletem não mais se vêem na natureza, mundo tenebroso atormentado por forças misteriosas. Entre eles e a natureza, entre seu centro e núcleo (de pensamento, de existência) e o mundo, instala-se a mediação essencial: a realidade urbana” (Lefebvre, 1999, p. 24).

O acúmulo de capital, de pessoas, de experiências, etc. gera um processo de emergência do capital industrial que leva ao surgimento da *cidade industrial*. A cidade industrial “precede e

anuncia a *zona crítica*” (Lefebvre, 1999, p. 26). Segundo Lefebvre, (*ibidem*), “o crescimento da produção industrial superpõe-se ao crescimento das trocas comerciais e as multiplica”. Esse processo dá origem à dinâmica *implosão-explosão*, ou seja, a implosão se realiza na cidade sobre si mesma, “sobre a centralidade do excedente/poder/festa que se adensa e reativa os símbolos da cidade ameaçada pela lógica (capitalista) industrial” e a explosão, por sua vez, rebate no espaço circundante com a expansão virtual do tecido urbano a toda realidade social (Monte-mór, 2006, p. 15).

Monte-mór (1994; 1997; 2003) utiliza o termo *urbanização extensiva* para descrever esse processo de extensão da práxis urbana representada no choque entre indústria e cidade, sintetizado no *urbano*. Isto é, o urbano torna-se, então, a síntese da dicotomia campo-cidade na medida em que seu tecido se estende a todo o território. A urbanização extensiva ao mesmo tempo em que leva transformações disruptivas, dado seu traço capitalista-industrial, leva, também, a possibilidade de emancipação, dado seu vínculo com o processo de modernização [*urbanidade*], implicando em um processo de “desalienação e na criação das condições para a construção do sujeito” (Monte-mór, 2004, p. 07).

No que diz respeito a este trabalho, a urbanização extensiva é entendida como o meio pelo qual se propaga o processo de territorialização estatal/capitalista no espaço brasileiro e, portanto, dinâmica de criação de (novas) identidades sócio-territoriais. A *territorialidade*, conceito de Paul Little (2003, p. 253) consiste num “esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território”. Nesse sentido, o que a urbanização extensiva encontra no caminho de sua extensão virtual são diversos modos de ocupação e vivência nos territórios locais, captado por Little no conceito de Cosmografia (2003, p. 253-254):

(...) os saberes ambientais, ideologias e identidades - coletivamente criados e historicamente situados - que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território. A cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele.

Sendo assim, a dinâmica dos *processos de territorialização* brasileira (Oliveira, 1998, *apud*, Little 2003) é o meio pelo qual as cosmografias locais, baseadas em princípios ‘ancestrais’ da

América Latina (Razão Histórica.) e as cosmografias hegemônicas (Razão Instrumental) se encontram em choque constante, produzindo espaços de conflito.

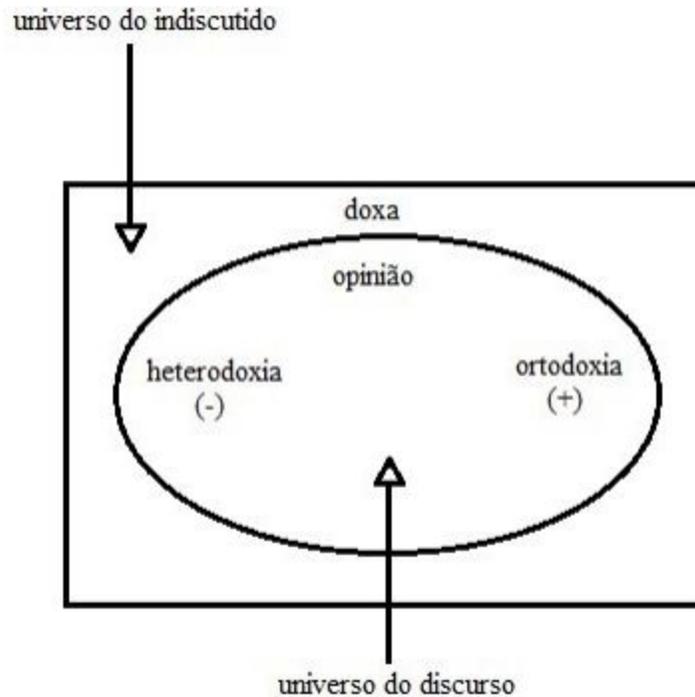
O resultado disso é uma articulação e (re)modelamento de cosmografias pré-existentes frente a uma nova realidade de conflito e de necessidade de resistência. Isso significa que muito do que hoje se observa na cultura e na vivência do campesinato contemporâneo, incluindo suas lutas, se forja em um projeto de resistência – aqui entendido como uma luta por uma nova territorialidade anticapitalista.

Campesinato e Espaço da Resistência

Esse projeto de resistência é aqui colocado no sentido atribuído por Herrmann (2015a; 2015b), ou seja, como momento de passagem do possível ao impossível. A resistência, portanto, não se apresenta sobre uma faceta estática, de apenas evitar a concretização de algum fim pré-determinado. A resistência, manifestada no território [*espaço da resistência*], é dinâmica e permite a compreensão de um processo de superação do universo do possível, rumo à utopia.

Segundo Bourdieu (2006, p. 164 *apud* Herrmann, 2015a, p. 329), a *doxa* é o momento “(...) quando há uma correspondência quase perfeita entre a ordem objetiva e os princípios subjetivos da organização (...), o mundo natural e social aparece como autoevidente”. Isto é, quando existe uma identidade entre os fatos sociais enquanto coisas [objetivas] e enquanto conhecimentos [subjetivos]. As aparências, nesse momento, aparecem não como arbitrárias, mas, sim, como *natural* - não existem alternativas, as coisas são como aparentam ser.

Figura 1. A representação da doxa.



Fonte: Herrmann (2015b, p. 16)

A (re)afirmação do mundo como aparenta ser se dá através da legitimação do “desconhecimento da arbitrariedade”. “Os instrumentos de “conhecimento” são instrumentos “políticos” que contribuem para a “reprodução do mundo social” e para a sensação de “nada a fazer” (Fernandes, 2016, p. 21 *apud* Herrmann, 2015b, p. 14). A heterodoxia e ortodoxia são movimentos antagônicos mas que ainda se situam dentro da própria doxa - e, portanto, do universo do discurso. O indiscutido permanece indiscutido enquanto se mantém no próprio universo impensável.

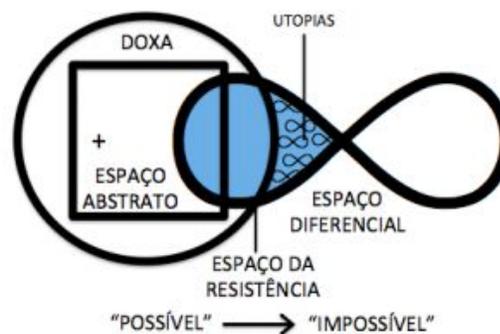
Herrmann (2015a; 2015b) propõe uma leitura lefebvriana da *doxa* de Bourdieu, compreendendo que a “diferença”, em Lefebvre, supera e transgride à própria *doxa* do *espaço abstrato*. O espaço abstrato é representado como um quadrado, mostrando seu cartesianismo, sua rigidez e sua normatividade burocrática (Herrmann, 2015b, p. 18). A doxa aparece como redonda porque (Fernandes, 2016, p. 23 *apud* Herrmann, 2015b, p. 18):

“por mais que esteja fechada em si mesma, a doxa é maleável” e afirma que “a ortodoxia do espaço abstrato se apropria dos discursos da heterodoxia e os

desvirtua, adapta, inverte o sentido a seu favor, suas “verdades” são remodeladas ao longo do tempo.

O *espaço diferencial* é apresentado com o símbolo do infinito por representar “infinitas possibilidades de perceber e ser no mundo, de “realidades” no plural” (Herrmann, 2015b, p. 19). O *espaço da resistência* é “o elo e transita de forma dialética entre o espaço abstrato e o espaço diferencial quando estes se encontram, é a sua “interconexão” (*ibidem*).

Figura 2. O espaço da resistência e suas três representações.



Fonte: Herrmann (2015b)

A figura 2, portanto, representa a passagem do possível ao impossível. É o desvelamento da arbitrariedade contida no espaço abstrato e legitimada pela doxa, é a superação do discurso, rumo ao não-pensado. É o encontro entre espaço diferencial e o sistema doxa-espaço abstrato - em direção à utopia. A utopia é o não-lugar e, portanto, a possibilidade da diferença, no sentido lefebvriano.

O campesinato e suas proposições de uso comum do território, sua percepção anti-utilitarista do uso da terra e do ser e sua pluralidade compõem um caleidoscópio de forças anticapitalistas e de resistência no/para o território - constituindo um espaço da resistência. Entendemos, assim, o campesinato como agente político na proposição de um outro modo de vida, baseado em valores notadamente diferentes dos pregados pelo capital, e, portanto, se coloca como alternativa política ao capitalismo enquanto modo de produção.

A Mulher Camponesa, nesse sentido, pelas características específicas de seu papel social nas lutas camponesas que serão apresentadas a seguir, deve ser compreendida como agente fundamental da luta contra as territorialidades e as territorializações hegemônicas e totalizantes - seja por parte do Estado ou do Capital. Nesse sentido, a mulher no campo é agente fundamental que endereça novas utopias a partir da escala local.

A POTÊNCIA DA MULHER NA LUTA PELA UTOPIA CAMPONESA

Ao se tratar das lutas anticapitalistas pelo uso da terra, a discussão em torno da figura da mulher camponesa é fundamental para se fazer um debate atual e político sobre as questões que contornam o rural contemporâneo. Dessa forma, esta seção se propõe a trazer um recorte das potências da mão de obra feminina no campo a partir da introdução do debate sobre a divisão sexual do trabalho, seguido da análise do papel central que as mulheres camponesas assumem na luta por formas comuns de uso da terra, visando a reprodução ampliada da vida.

As condições às quais vivem homens e mulheres não são produtos condicionados aos fatores biológicos, mas sim, antes de tudo, construções sociais. (Kergoat, p.1) A dimensão de análise desta pesquisa parte da compreensão de que homens e mulheres formam dois grupos socialmente distintos, e que historicamente estão colocados em posições diferentes no âmbito do trabalho. Foi a partir da tomada de consciência de mulheres das relações desiguais às quais estavam submetidas no cotidiano que emerge o termo divisão sexual do trabalho. O termo faz referência a um tipo de opressão específico que em 1970 motivou indignação de feministas. (Kergoat, p.1)

[...] tornou-se coletivamente “evidente” que uma enorme massa de trabalho era realizada gratuitamente pelas mulheres, que este trabalho era invisível, que era feito não para si, mas para os outros e sempre em nome da natureza, do amor e do dever maternal. (KERGOAT, p. 2)

A compreensão da divisão sexual do trabalho pauta-se na utilização das diferenças biológicas sexuais para demarcar as configurações econômico-sociais. Assim, a divisão de tarefas entre sexos ao longo do tempo passa a configurar-se como um sistema de hierarquização e segregação de gênero. A partir desse entendimento, compreende-se que relações de gênero no

trabalho perpassam a histórica subjugação da mulher aos espaços privados e ao trabalho doméstico, e que vêm acompanhado da privação dos espaços públicos de trabalho. Dessa sistematização, o trabalho doméstico feminino permanece desvalorizado e invisibilizado e sustenta gratuitamente a reprodução ampliada da vida, porque são elas que sustentam em grande parte os trabalhos mais direcionados ao cuidado e aos trabalhos de produção de alimentos para autoconsumo.

As elaborações feministas sobre desenvolvimento tiveram início nos anos 1970 e, entre as diversas contribuições, está a demonstração das conexões entre os setores vinculados à subsistência (como produção de alimentos para autoconsumo e trabalho doméstico e de cuidados) e a produção capitalista. [...] (SOF, 2014. p. 12)

Essa literatura sobre divisão sexual do trabalho é o que dá base para as pesquisas acerca da discriminação por gênero no mercado de trabalho. Entretanto, no campo, e em específico no campo ainda ligado às formas tradicionais de lida com a terra, essas relações de gênero e de exploração da mão de obra feminina assumem um recorte específico. Tendo em vista que a organização dos núcleos produtivos camponês se dá em torno do núcleo familiar, o que se observa é que o trabalho no campo é para todos. Segundo Saffioti (1976), em seu livro *A Mulher na Sociedade de Classes*, a mulher camponesa é até poupada de certos trabalhos mais rudes, que demandam maior esforço físico mas seu trabalho pode ser igualado ao trabalho dos homens no campo. Contudo, além de participar ativamente na produção do campo e na lida com a terra a mulher é a responsável por todos os afazeres domésticos incluindo o cuidado de filhos e idosos, passando portanto por um acúmulo de jornada de trabalho. (Saffioti, p. 184)

Essa situação de sobrecarga da mulher não acarreta contudo, numa igualdade política e social ao seu marido. Muito pelo contrário, dentro desse regime familiar patriarcal Saffioti expõe a marginalização da vida social da mulher camponesa que se vê privada de eventos sociais mais variados. Para a autora, a família do meio rural brasileiro ainda conserva a organização da família patriarcal da época colonial, no qual a mulher é submetida a privação desses espaços públicos como festas e reuniões regionais, gerando um certo isolamento ainda maior para as mulheres que habitam o campo.

No entanto, ainda assim a academia encontra certos empecilhos para se analisar mais a fundo a estrutura de hierarquização e segregação de ambientes rurais, exatamente pela

dificuldade de se estimar e contabilizar agricultura familiar.

Es difícil estimar el alcance de la agricultura de subsistencia, ya que en su mayor parte no es un trabajo asalariado y a menudo no se produce en granjas formales. A esto habría que añadir que muchas de las mujeres que lo realizan no lo perciben como un trabajo. Esto camina en paralelo con otro factor económico bien conocido: el número de trabajadoras domésticas y el valor de su trabajo es difícil de calcular. Dado que el capitalismo está orientado a la producción para el mercado, el trabajo doméstico no se contabiliza como trabajo, y aún muchas personas no lo consideran un «trabajo de verdad». [...] Por señalar un ejemplo, afirman que en Bangladesh la participación de las mujeres en la mano de obra era del 10 % según la Encuesta de Población Activa de 1985-1986 y, sin embargo, cuando en 1989 esta misma investigación incluyó en el cuestionario actividades específicas como la trilla de cultivos, el procesamiento de alimentos y la cría de aves el índice de actividad económica creció hasta un 63%. (FEDERICI, 2013, p. 225)

Entretanto, sabendo que o modo de produção camponês, como já explicitado anteriormente, segue uma racionalidade que se difere da lógica de produção dos mercados na medida em que se produz para a reprodução e, tendo em vista que são as mulheres as maiores responsáveis pelos trabalhos de cuidado, mais diretamente ligados à reprodução ampliada da vida, logo o protagonismo feminino diante das lutas por terras é evidente. Não só nos movimentos camponeses atuais que existem no Brasil mas também em diversas outros lugares do mundo, a luta das mulheres camponesas pelo acesso e uso das terras de formas anticapitalistas está muito ligada à uma luta que busca trazer de volta a centralidade da reprodução da vida para o projeto de sociedade que se almeja - em oposição ao modo de produção capitalista onde a centralidade se encontra da reprodução do capital. Nesse sentido, é a partir da agricultura de subsistência, da luta pelo acesso comunal das terras e da oposição à expropriação e privatização das terras, que as mulheres camponesas se assumem como condutoras de uma trilha para uma sociedade em que a exploração, a fome, e os desastres ecológicos causados pelo ser humano não existem. (FEDERICI, p.223)

Apesar dos esforços dos poderes coloniais e capitalistas - que avançam suas fronteiras sobre os países periféricos na América Latina e África - em destruir as organizações femininas no campo, são elas que constituem a maior parte dos trabalhadores agrícolas do planeta e formam a maior linha de resistência nas lutas pelo uso anticapitalista dos recursos naturais a partir da agricultura de subsistência. (Elvia Alvarado *apud* FEDERICI, p.223)

Seguindo o entendimento de que a lógica da reprodução ampliada da vida parte do cuidado, do afeto e de outros imperativos da existência humana que não perpassam o mercado e o lucro, é coeso que de fato as mulheres atuem com maior veemência diante desse cenário de resistência. Segundo Federici, muitas lutas contra a introdução de cultivos comerciais que apartava as mulheres do cultivo para a própria subsistência aconteceram entre as décadas de 40 e 50 em alguns territórios da África que estavam sobre a colonização europeia. A resistência das mulheres camponesas que continuaram com a produção própria fortaleceu a luta anti-imperialista visto que elas colaboraram indiretamente com a sobrevivência e manutenção dos que lutaram mais diretamente pela liberdade nos bosques tropicais, como é o caso de Moçambique por exemplo. (Basil Davidson, 1981. *apud* Federici, 2013, p. 228). Para além, o trabalho dessas mulheres camponesas se mostra essencial também como uma válvula de escape para as crises do capital.

Aquí radica la importancia de las luchas de las mujeres por la tierra. Las mujeres han supuesto el principal parachoques del mundo proletario frente a las hambrunas provocadas por el régimen neoliberal del Banco Mundial. Ellas han sido las principales oponentes frente a la exigencia neoliberal de que sean los «precios del mercado» los que determinen quién debe vivir y quién debe morir, y son ellas las que han proporcionado un modelo práctico para la reproducción de la vida bajo un modelo no comercial. (Federici, 2013, p. 233)

Um dos reflexos desse protagonismo feminino diante do campo, é o que se verifica a partir da escassa literatura sobre as divisões por gênero dentro do universo rural e em âmbito mundial: a concentração feminina no campo, que reflete tanto a resistência camponesa frente ao avanço das fronteiras capitalistas, mas também a consequência de uma busca necessária de outras estratégias de sobrevivência dos camponeses. Sob esse aspecto se faz clara a importância da mulher camponesa, posto que são elas que se atêm as terras para manter e garantir a alimentação da família, como também a reprodução ampliada da vida.

A *pluriatividade* é uma forma recorrente de sobrevivência das famílias rurais no Brasil atualmente. (SILVA & SCHNEIDER) Nesse modelo de família pluriativa, parte da família se dedica ao cultivo e à outras atividades puramente agrícolas enquanto outra parcela do núcleo familiar busca renda complementar a partir do contato mais direto com o mercado, inserindo-se em outras atividades que são, por sua vez, não agrícolas em suas formas tradicionais.

Tendo em vista um certo esvaziamento periódico/sazonal dos homens dessas aldeias, a partir inserção do homem no mercado de trabalho no qual a atuação é muitas vezes distantes dessas unidades agrícolas para se gerar a renda complementar, Silvia Federici (2013, p. 235) fala de uma certa tendência de “feminização das aldeias” rurais no âmbito latino americano, e que se relaciona diretamente as funções e lutas das mulheres no campo para garantir a reprodução ampliada da vida.

Para mantener las tierras de cultivo, otras mujeres han preferido quedarse en las zonas rurales, mientras que la mayor parte de los hombres han emigrado, lo que ha provocado una «feminización de los poblados» y que los trabajos los realizan mujeres que cultivan solas o en cooperación con otras mujeres. (FEDERICI, 2013, p. 235)

Dessa forma, a tendência observada por Federici evidencia traços não só da histórica divisão sexual do trabalho mas também desse papel de resistência e centralidade da mulher camponesa para a pequena produção agrícola. A feminização dos campos agrícolas pode por um lado proporcionar de forma utópica uma brecha para um processo de emancipação das mulheres para essas formas de vida não capitalista e fora do domínio patriarcal, posto que agora convivem “juntas” e tem mais espaço para discutir questões e pautas específicas da luta camponesa com um recorte de gênero, essencial para tal processo. Ao mesmo tempo, a tendência exposta por Federici também nos fornece uma base para questionar e compreender de forma crítica a manutenção dos espaços domésticos e não remunerados - dedicados diretamente à reprodução - encarregados às mulheres, como também a lógica de reprodução dominante dentro do modo de vida camponês que se estrutura em grande parte com na mão de obra feminina.

CONCLUSÃO

O protagonismo feminino dentro das lutas camponesas é evidente nas mais diversas partes do globo e se faz fundamental para a compreensão do que é o rural contemporâneo e suas utopias, que envolvem a emancipação do campo tanto da estrutura capitalista quanto patriarcal. Tendo em vista as demandas do modo de vida camponês por um ambiente econômico em que a reprodução ampliada da vida seja a pauta central para o projeto de sociedade almejado, a luta pelo acesso a terra, água e demais recursos naturais de forma comum se faz essencial.

Sob essa perspectiva temos que o reconhecimento do campesinato como um modo de produção e consumo no qual a reprodução da vida se faz central, a conquista de políticas públicas específicas para as mulheres camponesas e o fortalecimento da expressividade dos movimentos auto organizados de mulheres do campo, podem ser listados como os três pontos a serem destacados para enaltecer o papel advindo de lutas sociais e políticas das mulheres camponesas.

Vale a pena ressaltar ainda, que apesar da importância das políticas públicas conquistadas a partir da luta contra as hierarquias de gênero e a divisão sexual do trabalho, ainda se tem muito a alcançar em relação aos direitos dos trabalhadores no campo e aos direitos das mulheres no campo, ainda mais quando se tem como projeto um campo popular e solidário, movido a partir de outro tipo de racionalidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANZILAGO, Julciane Inês; WELCH, Clifford Andrew. Mulheres camponesas construindo Territórios agroecológicos, na luta por Políticas Públicas.

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. EdUSP, 2012.

BOURDIEU, Pierre. Espaço Social e Poder Simbólico. In.: BOURDIEU, P. Coisas Ditas. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 149-168.

_____. O Poder Simbólico. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. Razões práticas: Sobre a teoria da ação. 10. Ed. Campinas, SP: Papyrus, 2010.

_____. Structures, Habitus and Power: basis for a theory of symbolic power. In.: BOURDIEU, P. Outline of a theory of practice. Cambridge University Press: Cambridge, New York, 2006, p. 159-197.

CONTE, Isaura Isabel. "Mulheres Feministas, e, Camponesas?" Revista Eletrônica Espaço da Sophia. v.15, n. II. p. 1-4, junho de 2008.

COSTA, F. A.; CARVALHO, H. M. Campesinato. In: STEDILE, João Pedro (org). *A questão agrária no Brasil: Interpretações sobre o camponês e o campesinato*. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

CARVALHO, Horácio Martins de. O Campesinato no Século XXI. Perspectivas e contrariedades do campesinato brasileiro. Petrópolis. São Paulo. Vozes, 2005.

FEDERICI, Silvia. **Mujeres, luchas por la tierra y globalización: una perspectiva internacional.** In: *Revolución en Punto Cero: Trabajo doméstico, reproducción e lutas feministas.* 2013.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; DE MOLINA, Manuel González. *Sobre a evolução do conceito de campesinato.* Via Campesina do Brasil, 2005.

HERRMANN, Caroline. O “ESPAÇO DA RESISTÊNCIA” na Serra do Gandarela: Instrumentos, Contraposições e a necessária Utopia. Tese de Doutorado NPGAU/UFMG, 2015a. _____ . O espaço da resistência: uma construção teórico-prática inspirada em Henri Lefebvre Costa, G; Costa, H. & Monte-Mór, R.L. (orgs.) *Teorias e Práticas Urbanas: condições para a sociedade urbana.* BH: Ed. C/Arte, 2015b (pp.369-391).

LEFEBVRE, Henri. *A Revolução Urbana.* Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1999.

LITTLE, Paul. E. *TERRITÓRIOS SOCIAIS E POVOS TRADICIONAIS NO BRASIL: Por uma antropologia da territorialidade.* Série Antropologia, UnB, Brasília, 2002.

MÉSZÁROS, István. *Para Além do Capital.* Boitempo. São Paulo, 2002.

MMC BRASIL. *Documento Político da Campanha de Produção de Alimentos Saudáveis.* Passo Fundo, 2007.

MONTE-MÓR, Roberto L. *Outras fronteiras: novas espacialidades na urbanização brasileira.* In: CASTRIOTA, L. B. (Org.). *Urbanização brasileira: redescobertas.* Belo Horizonte: C/Arte, 2003. p.260-271.

_____. *Urban and regional planning: impact on health and the environment.* In: SHAHI, G. S. et al. (Ed.). *International perspectives on environment, development, and health: toward a sustainable world.* New York: Springer Publishing, 1997. p.554-566.

_____. *Urbanização extensiva e novas lógicas de povoamento: um olhar ambiental.* In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de ; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). *Território: globalização e fragmentação.* São Paulo: Hucitec: Anpur, 1994. p.169-181.

_____. *REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO,* Curitiba, n.111, p.09-18, jul./dez. 2006.

OLIVEIRA, João Pacheco de. *Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais.* *Mana* 4(1): 47-78, 1998.

PALUDO, Conceição. *Mulheres, resistência e luta: em defesa da vida.* São Leopoldo: CEBI, 2009. 171p.

QUIJANO, Aníbal. *Modernidad, identidad y utopia en América Latina.* Lima: Sociedade e Política Ediciones, 1988.

SAFFIOTI , Heleieth I. B. A Mulher na Sociedade de Classes. Mito e realidade. São Paulo. Livraria Quatro Artes Editora, 1969.

SILVA, Carolina & SCHNEIDER, Sérgio. **Gênero, Trabalho Rural e Pluriatividade**. In:

SCOTT, Parry; CORDEIRO; Rosineide e MENEZES, Marilda (Org.) Gênero e Geração em Contextos Rurais. Florianópolis/SC, Ed. Mulheres, 2010, pg. 183-207